



Uma perspectiva funcionalista na tradução do Relatório sobre Tráfico de Pessoas 2023

A functionalist perspective in the translation of the Trafficking in Persons Report 2023

Norma Diana Hamilton

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil

norma.diana@unb.br 

<https://orcid.org/0000-0002-9137-1928> 

Jamys Alves Rocha

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil

jamestradutor@gmail.com 

<https://orcid.org/0009-0007-0976-0400> 

Resumo: O objetivo geral deste artigo é contribuir para as discussões sobre a tradução de documentos internacionais relacionados ao tráfico de pessoas. Mais especificamente, analisa a abordagem funcionalista adotada na tradução do relatório *Trafficking in Persons Report June 2023*, com o objetivo de: i. contextualizar juridicamente o conceito de tráfico de pessoas; ii. discutir a análise textual, com ênfase na função no contexto brasileiro. Nesse sentido, utilizou-se o modelo circular de análise, baseado em Christiane Nord (2016), para investigar elementos extratextuais e intratextuais, visando propor escolhas tradutórias apropriadas. Como resultado, a tradução mostra sensibilidade às escolhas estilísticas e pragmáticas do texto-fonte e atenção às normas discursivas da cultura de chegada, a fim de manter a eficácia comunicativa do texto de partida.

Palavras-chave: estudos da tradução; tráfico de pessoas; teoria funcionalista da tradução.

Abstract: The general aim of this article is to contribute to the discussions on the translating of international documents, regarding human trafficking. More specifically, it analyses the functionalist approach taken in the translation of the 2023 Trafficking in Persons Report, with the objective of: i. providing the legal context for the concept of human trafficking; ii. discussing the textual analysis, with emphasis on its function in the Brazilian context. The Circular Model of Analysis, based on Christiane Nord (2016), was used to investigate extra-textual and intra-textual elements, with the aim of proposing appropriate translation choices. As a result, the translation demonstrates sensitivity to the stylistic and pragmatic choices of the source text and attention to the discursive norms of the target culture, in order to preserve the communicative effectiveness of the original text.

Keywords: translation studies; human trafficking; functionalist translation theory.



I Considerações iniciais

Anualmente, diversos veículos divulgam informações em língua inglesa sobre o tráfico de pessoas. Contudo, parte significativa desses dados permanece sem tradução para o português do Brasil, o que dificulta o acesso por um público mais amplo às estatísticas e tendências relacionadas a esse crime. Com base nessa lacuna, esta pesquisa foi organizada com o objetivo geral de produzir uma tradução fundamentada nos princípios da teoria funcionalista, em que o texto atenda à sua função comunicativa, às expectativas do público-alvo, e também contribua para ampliar a visibilidade do tráfico de pessoas em suas diferentes formas.

Nesse sentido, o texto traduzido nesta pesquisa é o relatório intitulado *Trafficking in Persons Report (TIP Report)* ou Relatório sobre Tráfico de Pessoas/Relatório TIP, e se trata de uma publicação anual do Departamento de Estado dos EUA, iniciada em 2001, cuja principal finalidade é classificar os países em níveis, de um a quatro, com base na eficácia de seus esforços no combate ao tráfico de pessoas (U.S. Department of State, 2009). Quanto à sua elaboração original, o relatório baseia-se em informações coletadas por embaixadas dos EUA, agências governamentais, organizações não governamentais, relatórios publicados, artigos de notícias, estudos acadêmicos e consultas a autoridades, jornalistas, acadêmicos e sobreviventes de todas as regiões do mundo, além de dados enviados diretamente para o e-mail oficial (tipreport@state.gov).

Em relação aos objetivos específicos do artigo, definiram-se dois: i. contextualizar juridicamente o conceito de tráfico de pessoas; ii. discutir a análise textual voltada a uma tradução funcionalista do *TIP Report 2023*, com ênfase na função no contexto brasileiro.

Desse modo, a seção a seguir contextualiza o tráfico de pessoas, abordando sua definição e o enfrentamento nacional. Em seguida, na seção subsequente, analisa-se o Relatório sobre Tráfico de Pessoas (2023) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, com ênfase em sua tipologia, gênero textual e na identificação de elementos cruciais para as análises futuras. Por fim, é discutida a análise textual voltada à tradução funcionalista.

2. O que é tráfico de pessoas?

A designação “tráfico de pessoas” foi formalmente definida em novembro de 2000 pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional que aprovou o Protocolo de Palermo (Almeida & Silva, 2021). No Brasil sua ratificação se deu por meio do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (Brasil, 2004), o que firmou o compromisso do governo brasileiro em combater essa grave violação da liberdade e teve como resultado a criação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 2006 e a formulação de quatro Planos Nacionais subsequentes.

Por sua vez, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituída pelo Decreto nº 5.948, foi responsável por estabelecer princípios, diretrizes e ações voltados à prevenção e repressão do crime, além da proteção às vítimas. Seu anexo prevê, por exemplo, o atendimento humanizado no retorno de vítimas ao país e a inclusão do tema na educação, por meio de parcerias com instituições de ensino e pesquisa e de sua inserção nas ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC). Ademais, sua atuação é



intersetorial, integrando justiça, saúde, assistência social e cultura, a fim de assegurar cooperação institucional e atendimento integral aos atingidos (Brasil, 2006).

Ainda assim, Balazeiro (2021) argumenta que, embora o enfrentamento ao tráfico de pessoas estivesse em vigor desde 2004, só recebeu um tratamento mais realçado com a criação da Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016, conhecida como Lei do Tráfico de Pessoas, a qual, entre outras disposições acrescentou ao artigo 149 do Código Penal brasileiro o artigo 149-A, tipificando expressamente a referida violação como crime. Tendo em vista o marco jurídico descrito, a seguir, apresenta-se o que dispõe a redação do Protocolo de Palermo e a legislação brasileira sobre o que configura tráfico de pessoas, para possibilitar uma análise de como cada instrumento legal estrutura essa conceituação.

Enquanto o Protocolo de Palermo define o tráfico de pessoas como:

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (Brasil, 2004, art. 3(a)).

O Código Penal brasileiro, em seu artigo 149-A, define esse ato da seguinte forma:

Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;

IV - adoção ilegal; ou

V - exploração sexual (Brasil, 2016, Art. 149-A).

Como se observa, o novo artigo lista as finalidades do tráfico humano, que incluem a exploração de trabalho análogo à escravidão e a exploração sexual, de modo a fortalecer o tratamento jurídico da questão quanto ao enfrentamento e também tipificação. Simonetti (2021) explica que, antes dessa norma, o tráfico de pessoas era tipificado apenas para prostituição ou exploração sexual, limitando a atuação das autoridades.

Sob a perspectiva dos Estudos da Tradução, a tipificação do termo tráfico de pessoas também pode ser analisada como resultado de processos de mediação linguística e jurídica entre diferentes sistemas normativos. Conforme argumenta Susan Šarčević (1997), na tradução jurídica a correspondência não se limita ao léxico entre termos, mas envolve a transferência funcional de conceitos jurídicos entre ordenamentos distintos. Nesse sentido, categorias como *human trafficking* ou *tráfico de pessoas* não constituem meros correspondentes terminológicos, mas conceitos jurídicos cuja definição depende do enquadramento institucional e discursivo em que são mobilizados. De forma semelhante, Deborah Cao (2007) destaca que a tradução do discurso jurídico internacional exige a reconstrução conceitual de categorias legais em contextos nacionais específicos, uma vez

que termos aparentemente equivalentes podem carregar diferentes implicações normativas e interpretativas.

Essa perspectiva aproxima-se das discussões mais amplas sobre tradução e direitos humanos desenvolvidas por Mona Baker (2006), para quem a tradução participa ativamente da circulação global de categorias políticas e jurídicas, incluindo aquelas relacionadas à violência, exploração e proteção de vítimas. Assim, conceitos como tráfico de pessoas emergem e se consolidam também por meio de processos de tradução institucional, nos quais tratados internacionais, protocolos e legislações nacionais são continuamente reinterpretados e recontextualizados em diferentes línguas e sistemas jurídicos. Nessa direção, a tradução não apenas veicula definições jurídicas existentes, mas contribui para a própria estabilização discursiva dessas categorias no campo das políticas públicas e dos direitos humanos.

É necessário pontuar, contudo, que, apesar dos avanços no campo jurídico, o tráfico de pessoas ainda persiste como uma atividade de difícil combate, sendo, de acordo com Balazeiro (2021), a segunda mais lucrativa do mundo, atrás apenas do tráfico de drogas e armas. As razões por trás disso, expõem fontes diversas (Kangaspunta et al., 2020; UNODC, 2021; U.S. Department of State, 2023; UNODC, 2024), podem ser sua complexidade associada a fatores de globalização e à relação direta com desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero, que facilitam a exploração de diferentes grupos em situação de vulnerabilidade por serem de ordem sistemática e duradoura.

Em vista disso, considerando que o tráfico de pessoas oferece risco à vida e implica a violação de diversos direitos, a articulação da tradução em relação a essa temática explica-se por sua elevada relevância social. Relevância que, cumpre destacar, advém de diferentes fatores, como o multilinguismo presente nas situações que envolvem as vítimas, bem como do papel da tradução enquanto ferramenta de proteção dos direitos humanos e de sua contribuição na formação de profissionais que atuam no atendimento a essas vítimas.

Nesse sentido, Beltrão e Nolasco (2025), pesquisadoras nas áreas de direito e linguística, discutem o direito à tradução como um direito humano, uma vez que se trata de uma ferramenta essencial em processos relacionados à violência doméstica contra mulheres migrantes. Desse modo, a língua é apresentada como um elemento indissociável da personalidade e da identidade de uma pessoa e de um povo, de modo que impedir ou dificultar o uso da língua materna constitui uma violação da dignidade humana.

Assim, ao se abordar, sob essa mesma perspectiva, a relação entre tradução e tráfico de pessoas, entende-se que a barreira linguística cria um estado de hipervulnerabilidade, no qual a ausência de tradução pode resultar em uma dupla violência: a do agressor e a do Estado, que, por omissão, impede a vítima de relatar o crime e buscar proteção (Beltrão & Nolasco, 2025).

3. A tipologia do Relatório TIP

Antes de examinar as características linguísticas e estruturais do Relatório TIP, é importante situar sua tipologia textual à luz da teoria funcionalista da tradução, utilizada para informar as decisões tradutórias deste trabalho. No quadro teórico proposto por Christiane Nord, inspirado na tradição funcionalista inaugurada por Hans J. Vermeer e Katharina Reiss, os textos são analisados



não apenas em função de suas propriedades linguísticas internas, mas sobretudo em relação à sua finalidade comunicativa (Skopos) e às condições situacionais em que circulam (Nord, 2016). Nesse sentido, a identificação da tipologia textual constitui uma etapa fundamental para orientar decisões tradutórias, uma vez que diferentes gêneros mobilizam convenções discursivas específicas e pressupõem determinadas expectativas por parte de seus leitores.

Desse modo, o Relatório TIP pode ser compreendido como um texto institucional de natureza predominantemente informativa e argumentativa, pertencente ao gênero relatório governamental, cuja função comunicativa principal consiste em apresentar dados, avaliar políticas públicas e mobilizar atores institucionais no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Na perspectiva funcionalista, entretanto, essa caracterização não se limita à descrição formal do gênero, mas envolve a análise das relações entre função, público-alvo e contexto sociocomunicativo do texto. Assim, ao considerar o relatório como instrumento diplomático e de política pública voltado à circulação internacional de informações sobre tráfico de pessoas, torna-se possível compreender como sua organização textual, suas escolhas lexicais e suas estratégias discursivas são orientadas por um propósito comunicativo específico. É a partir desse enquadramento teórico que a análise subsequente buscará identificar os elementos extratextuais e intratextuais do documento, de modo a fundamentar escolhas tradutórias compatíveis com a função que o texto desempenha no contexto da cultura de chegada.

De acordo com o site do Departamento de Estado (U.S. Department of State, 2023), a linguagem empregada no documento segue as diretrizes gerais de Linguagem Simples, as quais visam garantir acessibilidade de informação por um público que vai desde governos estrangeiros, organizações não governamentais até a sociedade civil. Em função disso, há uma preocupação com clareza e eficácia, começando pela identificação da audiência e suas necessidades, bem como a estruturação do texto com frases concisas (extensão recomendada de 15 a 20 palavras), em que cada parágrafo contém uma frase-tópico e o desenvolvimento de uma ideia por vez, emprego de voz ativa e pronomes específicos, além de o texto recorrer a listas, títulos e tabelas para organizar dados. O trecho a seguir melhor demonstra a aplicação dessas diretrizes:

Governos ao redor do mundo têm priorizado cada vez mais o envolvimento de indivíduos com histórias de superação do tráfico, seja através do estabelecimento de mecanismos de consulta ou conselhos consultivos. Desde 2019, a Autoridade Nacional da Tunísia para o Combate ao Tráfico de Pessoas tem consultado uma rede de sobreviventes que atuam como conselho para compartilhar experiências, conselhos e recomendações a fim de melhorar o trabalho da Autoridade Nacional. Mais recentemente, em 2022, Israel estabeleceu um comitê consultivo nacional, que inclui dois sobreviventes prestando aconselhamento sobre uma variedade de tópicos, incluindo trabalho forçado em cadeias de suprimentos, recrutamento de mão de obra estrangeira por empresas estrangeiras de construção, prevenção do trabalho forçado e violações trabalhistas em um programa de estágio agrícola para estudantes estrangeiros, permissões para trabalhadores palestinos em Israel e programas de isenção de visto (U.S. Department of State, 2023, p. 17, tradução nossa¹).

¹ No texto fonte: “Governments around the world have increasingly prioritized survivor engagement, such as through establishing consultant mechanisms or advisory councils. Since 2019, Tunisia’s National Authority to Combat Trafficking in Persons has consulted a network of survivors that serve as a council to share experiences, advice, and recommendations to improve the work of the National Authority. More recently, in 2022, Israel established a national anti-trafficking advisory committee, which includes two survivors advising on a range of topics, including forced labor in supply chains, foreign labor recruitment by foreign construction

O texto apresenta uma estrutura gramatical formal e clara, a qual é característica de textos institucionais. Vê-se, por exemplo, que os sujeitos são compostos ou simples, seguidos por predicados verbais que utilizam tempos como o presente perfeito “*have increasingly prioritized*”, “*has consulted*” e passado simples “*established*”. Por fim, complementos diretos e orações subordinadas (adjetivas restritivas e explicativas) ampliam informações contextuais e advérbios e infinitivos são usados para marcar tempo e propósito. Assim, o texto se apresenta com pouca complexidade, apesar do vocabulário especializado que inclui termos e expressões dos campos jurídico, sociológico e de direitos humanos relacionados ao tráfico de pessoas.

4. Análise textual voltada à tradução

Ciente da importância de identificar elementos cruciais para uma análise tradutória, Christiane Nord (2016) apresenta uma descrição minuciosa de como deve-se proceder uma análise de tradução, para que os tradutores consigam determinar com clareza a sua função. Os fatores extratextuais e intratextuais são analisados mediante as respostas às seguintes questões.

Quadro 1: Exemplificação das questões propostas por Nord

Quem transmite	Sobre qual assunto ele diz
Para quê	O quê
Para quem	(o que não)
Por qual meio	Em qual ordem
Em qual lugar	Usando quais elementos não verbais
Quando	Com quais palavras
Por quê	Em quais orações
	Com qual tom
Com qual efeito?	

Fonte: Nord (2016, p. 74).

[Descrição] O quadro apresenta duas colunas: à esquerda, perguntas sobre fatores extratextuais segundo Nord: “Quem transmite?”, “Para quê?”, “Por qual meio?”, “Em qual lugar”, “Quando” e “Por quê”; à direita, aspectos correspondentes: “Sobre qual assunto ele diz”, “O quê”, “Em qual ordem”, “Usando quais elementos não verbais”, “Com quais palavras”, “Em quais orações”, “Com qual tom”. Abaixo, aparece centralizada ao final do quadro a pergunta “Com qual efeito?” [Fim da descrição].

Enquanto os fatores extratextuais abrangem informações sobre o autor, intenção, público-alvo, meio, local, tempo e motivo da comunicação, ajudando a determinar a função do texto, os fatores intratextuais envolvem elementos como tema, conteúdo, pressuposições do autor, estrutura, elementos não verbais, léxico, sintaxe e prosódia, que são avaliados durante a leitura. Desse modo, a análise geralmente começa pelos fatores extratextuais; mas em casos em que informações externas são incertas, os fatores intratextuais podem ajudar a inferir a situação original (Nord, 2016).

companies, preventing forced labor and labor violations in an agriculture internship program for foreign students, permits for Palestinian workers in Israel, and visa waiver programs” (U.S. Department of State, 2023, p. 17).

4.1 Fatores extratextuais

4.1.1 Emissor

Em resposta à questão de quem transmite determinado texto, o emissor, conforme Christiane Nord (2016), é a pessoa ou instituição que utiliza um texto para transmitir uma mensagem específica ou provocar um determinado efeito no receptor, sendo que esse papel transcende o mero envio de informações e abrange a intenção comunicativa, a bagagem cultural, o contexto sociocomunicativo e o objetivo que orientam a elaboração e o propósito do texto. Nessa perspectiva, é importante distinguir o emissor (que estabelece a intenção do texto) do produtor (responsável pela elaboração material seguindo as diretrizes do primeiro). A união dessas funções em um mesmo indivíduo, por sua vez, caracteriza a figura do autor. Já o tradutor, na função de mediador intercultural e interlinguístico², adapta o texto ao propósito da tradução e age como produtor na cultura de chegada, manipulando a mensagem para garantir sua competência cultural.

Com relação ao *Trafficking in Persons Report 2023*, há elementos razoáveis para identificar o Departamento de Estado dos Estados Unidos, por meio do Escritório de Fiscalização e Combate ao Tráfico de Pessoas, como o emissor do relatório. Uma vez que se trata do ente institucional responsável por representar os interesses e objetivos do governo norte-americano na promoção de padrões globais de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Cabe destacar, contudo, que, embora o relatório conte com contribuições diversas, como as de embaixadas, organizações governamentais e não governamentais, acadêmicos e jornalistas, todos esses colaboradores se subordinam ao emissor em última instância.

4.1.2 Intenção

Ao abordar a intenção dentro do modelo proposto por Nord, é importante estabelecer distinções entre os conceitos de intenção, função e efeito, que, segundo a autora, representam “três pontos de vista diferentes acerca do mesmo aspecto de comunicação” (Nord, 2016, p. 91). A intenção diz respeito ao propósito do emissor ao produzir o texto, ou seja, ao que ele deseja alcançar com sua comunicação, de modo que ela orienta a escolha de conteúdo, estilo e estrutura, mas seu efeito depende da forma como o texto é recebido pelo leitor. Já a função corresponde ao papel que o texto desempenha na situação comunicativa, sendo determinada pelo contexto e pelas expectativas do receptor. Diferentemente da intenção, que parte do emissor, a função é definida externamente, antes mesmo da interação com o texto, e pode ser alterada pela forma como é interpretada. Por fim, o efeito refere-se ao resultado dessa interação entre o texto e o receptor, ou seja, o impacto gerado após a leitura. Contudo, esse resultado depende de fatores intra e extratextuais, podendo ser influenciado pela função do texto, mas nem sempre coincide com a intenção almejada pelo emissor.

² Em algumas abordagens dos Estudos da Tradução, distinguem-se as funções de tradutor e de mediador. Neste trabalho, contudo, adota-se a definição de tradutor como mediador intercultural, entendendo a tradução como comunicação transcultural mediada, marcada por negociação de sentidos, escolhas estratégicas e intervenção textual.

Retomando o foco à intenção, sua identificação é importante por articular conteúdo (tema e informações) e forma (estrutura, estilo, elementos não verbais), indicando a variedade textual. Desse modo, ela revela fatores extratextuais (destinatário, meio, função) e marcas intratextuais, geralmente voltadas a uma das quatro funções comunicativas: representativa (informar), expressiva (manifestar sentimentos), apelativa (persuadir) ou fática (manter contato). A partir do título Relatório sobre Tráfico de Pessoas 2023, é razoável supor que o leitor espere uma organização clara, objetiva e sistemática, com dados quantitativos e qualitativos. Assim, a intenção, embora não explicitamente declarada, pode ser inferida a partir de trechos específicos da obra.

O Relatório sobre Tráfico de Pessoas deste ano fornece uma visão abrangente do estado desse crime em todo o mundo e das ferramentas que estamos usando para fortalecer nossa resposta e coordenação. Ele também destaca as histórias de sobreviventes, táticas emergentes utilizadas por traficantes — como operações de golpes cibernéticos — e fornece recomendações sobre como podemos trabalhar melhor juntos para enfrentar esse crime (U.S. Department of State, 2023, p. 4, tradução nossa³).

A partir do excerto, infere-se que o relatório visa principalmente informar e conscientizar sobre o panorama global do tráfico de pessoas, ressaltando tanto as ferramentas e estratégias de combate quanto os relatos de sobreviventes e as novas táticas dos traficantes. Adicionalmente, ao apresentar recomendações e enfatizar a cooperação, o relatório busca promover uma ação coordenada e eficaz contra esse crime.

4.1.3 Público

O receptor ocupa posição central na análise textual, sendo ele, como afirma Nord (2016), quem completa o ciclo comunicativo. Por isso, é importante esclarecer alguns aspectos desse elemento. A definição do público pode depender do gênero textual ou não; em relatórios, por exemplo, presume-se a existência de expectativas específicas associadas ao gênero. No entanto, deve-se fazer uma distinção entre o público-alvo do texto-fonte e o do texto-alvo, bem como entre o público destinatário e o eventual, segundo a terminologia de Nord (2016). O ponto é que os receptores de ambos os textos não devem ser vistos como o mesmo público, pois pertencem a comunidades culturais e linguísticas distintas. O público destinatário é aquele a quem o texto é intencionalmente dirigido, enquanto o eventual inclui qualquer pessoa que tenha acesso a este. Tendo essas distinções conceituais em mente, é possível identificar que os paratextos do site do Departamento de Estado dos EUA idealmente indicam o público-alvo do relatório, ao fornecer pistas sobre os destinatários pretendidos:

O Relatório sobre Tráfico de Pessoas (TIP Report) é a principal ferramenta diplomática do governo dos Estados Unidos para engajar governos estrangeiros no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Também é o recurso mais abrangente do mundo sobre os esforços governamentais contra o tráfico, refletindo o compromisso do governo dos EUA com a

³ No texto fonte: “*This year’s Trafficking in Persons Report provides a comprehensive overview of the state of human trafficking around the world and the tools we are using to strengthen our response and coordination. It also highlights the stories of survivors, emerging tactics—like cyber scam operations—used by traffickers and provides recommendations for how we can better work together to address this crime*” (U.S. Department of State, 2023, p. 4).

Com base nesse trecho, é plausível inferir que o público-alvo inclua governos estrangeiros, instituições internacionais e formuladores de políticas públicas. Afinal, o relatório é a principal ferramenta diplomática dos EUA para o combate global ao tráfico de pessoas. Igualmente, o destaque nos esforços governamentais pode sugerir que o público-alvo inclui especialistas em direitos humanos, segurança pública e aplicação da lei. Além desses, a sociedade civil também pode ser considerada um público eventual, visto que o relatório é de acesso público⁵.

4.1.4 Meio

O meio ou canal refere-se ao suporte utilizado para transmitir uma mensagem, como jornais, revistas, livros ou folhetos. Ele não é apenas um suporte físico, mas um elemento importante para a adaptação e a efetividade da mensagem, influenciando a linguagem, o estilo e o público-alvo (Nord, 2016). Assim, a autora explica que “a dimensão do meio é relevante porque oferece algumas pistas sobre a dimensão e a identidade do público pretendido” (Nord, 2016, p. 108), evidenciando que o meio impacta diretamente a definição e o alcance do público. Essa influência pode ser observada nos diferentes formatos em que os textos são veiculados, os quais atendem a públicos com expectativas e padrões distintos. Um jornal diário alcança um público amplo e variado, enquanto uma revista especializada ou uma coleção de luxo direciona-se a nichos específicos. Da mesma forma, o propósito do texto, como em uma carta pessoal ou um cartaz público, reflete as intenções do emissor e o perfil do receptor. Por exemplo, artigos científicos exigem precisão e formalidade para um público especializado, enquanto posts em blogs adotam estilos mais informais para leitores diversos. A escolha do meio, portanto, considera o público-alvo e o contexto, garantindo a efetividade da comunicação. No tocante ao Relatório TIP, este se trata de uma comunicação escrita transmitida por meio eletrônico, disponibilizado em formato PDF no site do Departamento de Estado dos EUA. É razoável dizer, portanto, que a abordagem escolhida para publicação do documento visa garantir acesso universal, gratuito e irrestrito, ampliando seu alcance e facilitando sua consulta por diversos públicos.

4.1.5 Lugar e tempo

O conceito de “lugar” no contexto da tradução envolve tanto o local de produção quanto o local de recepção de um texto. A análise do lugar considera não apenas o espaço geográfico, mas também os fatores culturais, históricos e sociais que influenciam a comunicação. Desse modo, a dimensão do espaço pode variar dependendo da língua e da região em que é falada, como no caso

⁴ No texto fonte: “*The Trafficking in Persons Report (TIP Report) is the U.S. Government’s principal diplomatic tool to engage foreign governments on human trafficking. It is also the world’s most comprehensive resource of governmental anti-trafficking efforts and reflects the U.S. Government’s commitment to global leadership on this key human rights and law enforcement issue*” (U.S. Department of State, n.d.).

⁵ O link <https://www.state.gov/reports/2023-trafficking-in-persons-report> leva ao *Trafficking in Persons Report 2023*, disponibilizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.

do português do Brasil e de Portugal, por exemplo. Isso explica porque o tradutor deve estar atento às variações regionais e culturais, que podem afetar tanto a interpretação quanto a tradução do texto.

Outro aspecto importante é em relação à dimensão tempo, que também desempenha um papel fundamental na tradução, pois o tempo de produção do texto e sua evolução linguística ao longo do tempo são aspectos cruciais para a compreensão de um texto. Isso porque mudanças linguísticas e culturais impactam tanto o conteúdo quanto o formato textual, especialmente em gêneros que evoluem com o tempo, como receitas, notícias e discursos políticos. Sendo assim, a data de produção e o contexto histórico são fatores a serem considerados para garantir que a tradução esteja em conformidade com as expectativas do público-alvo e a convenção cultural vigente. Partindo desse conhecimento, considerando que a sede do órgão fica localizada em Washington, D.C., e que o relatório é de sua autoria, tem-se que os Estados Unidos constituem o local de produção do documento, e o período abordado pelo documento compreende a janela de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023, com sua publicação ocorrendo em 15 de junho de 2023.

4.1.6 Motivo

O motivo leva a examinar a razão ou circunstância externa que resulta na produção ou recepção de um texto. Nesse aspecto, ele se diferencia da intenção na medida em que ela diz respeito à função comunicativa pretendida para o público-alvo. Posto isso, com frequência, o motivo mantém uma conexão de convencionalidade com determinados meios e gêneros textuais, de forma que, em contextos específicos, por exigência ou convenções sociais, alguns tipos de texto são elaborados em determinados formatos ou contextos. É importante pontuar também que o motivo está vinculado ao tempo como parte do contexto histórico ou situacional em que o texto é produzido, ao emissor, que muitas vezes está associado a um tipo específico de motivo, e à intenção, já que o motivo influencia indiretamente as características intratextuais e as expectativas comunicativas. Isto posto, tem-se que o Relatório TIP é produzido anualmente com o objetivo de avaliar e classificar os esforços globais no combate ao tráfico de pessoas, motivado pela necessidade de conscientizar, informar e mobilizar ações políticas e sociais contra esse crime. Tendo o exposto em vista, parece razoável considerar que o gênero convencionado de um relatório anual está diretamente relacionado ao motivo de sua produção. Ele é elaborado para apresentar de forma sistemática e clara os resultados e atividades de uma organização ao longo de um período, geralmente um ano.

4.1.7 Função

Ainda na perspectiva de Nord (2016), a função de um texto se dá pela configuração específica de fatores situacionais, como o emissor, o receptor, a intenção, o meio, o lugar, o tempo e o motivo, o que a torna diretamente vinculada à situação concreta de recepção. Essas configurações então geram formas convencionais que se refletem na estrutura do gênero textual. Gêneros são, portanto, o resultado de ações comunicativas, mas também é importante notar que a função do texto está relacionada ao aspecto situacional da comunicação, enquanto o gênero se refere à vertente



estrutural do texto. Logo, embora interdependentes, função e gênero não devem ser confundidos. Para exemplificar essa diferença, a classe textual do Relatório TIP é definida pela sua estrutura e formato convencionados, caracterizando-o como um relatório. No entanto, a função textual desse documento não pode ser determinada apenas por essa classificação, pois ela depende de outros fatores situacionais que definem o propósito e a forma de comunicação do texto. Isso explica a conexão entre função textual e tipologia, a qual é determinada pelas escolhas do tradutor ao optar por tipologias funcionais (tipos de tradução), que dependem da função do texto na cultura de chegada. Nessa perspectiva, Nord (2016) descreve a tradução instrumental, que adapta a mensagem ao novo contexto, mantendo a compatibilidade das funções, e a divide em três formas principais:

- Equifuncional: quando o texto-alvo (TA) desempenha a mesma função do texto-fonte (TF), como em manuais ou correspondência comercial;
- Heterofuncional: quando a função do TF é adaptada para o TA, sem contradizer a intenção do emissor, como em traduções de obras literárias para públicos específicos (exemplo: "As viagens de Gulliver" para crianças);
- Homóloga: quando o tradutor visa replicar no TA a mesma função do TF, como em produções que têm por objetivo provocar o mesmo tipo de reação emocional/recepção no público da cultura de chegada.

A última forma, que recebe foco nesta análise, visa reproduzir a mesma função do texto-fonte no contexto do texto-alvo, conforme Nord (2016). Isso garante que, mesmo em outra língua ou cultura, a tradução mantenha o efeito e a função do original. No caso do Relatório TIP, por exemplo, a tradução busca a correspondência funcional para que o documento, ferramenta de engajamento no combate ao tráfico, cumpra sua função homóloga.

4.2 Fatores intratextuais

4.2.1 Assunto

Voltando às questões propostas por Nord, o assunto responde àquela sobre o que o emissor fala, e ele pode ser expresso de forma explícita ou implícita, por meio de recursos estilísticos ou isotopias, que são conexões lexicais e semânticas que garantem a coesão do texto. Embora pareça óbvio dizer, é importante ressaltar que a análise do assunto é uma etapa essencial para avaliar a coerência textual, a relevância cultural e a viabilidade da tradução, pois esse fator pode variar conforme o contexto cultural (real, fictício ou idealizado), o que impacta diretamente na interpretação e tradução do conteúdo. No que tange à sua identificação, em alguns textos, o título ou subtítulos indicam claramente o assunto. No entanto, em outros casos, o assunto precisa ser inferido a partir da análise textual. No Relatório TIP, verifica-se que a abordagem do tráfico de pessoas é o foco central, a qual se desdobra em subtemas como sua descrição e impacto, estratégias globais de combate, a relevância de parcerias interinstitucionais e as histórias de sobreviventes. Além disso, a análise dos paratextos, incluindo o título e as mensagens de Antony Blinken e Cindy Dyer como "o tráfico de pessoas é uma afronta aos nossos valores fundamentais" (U.S. Department of



State, 2023, p. 4, tradução nossa⁶), confirmam que o assunto corresponde às expectativas extratextuais, estabelecendo dessa forma o tom da obra.

4.2.2 Conteúdo

Nord expressa que o conteúdo de um texto se refere às referências textuais a objetos e fenômenos da realidade extralinguística, sejam eles reais ou fictícios. Essas referências são expressas por meio da informação semântica contida nas palavras, frases e padrões gramaticais, como estruturas sintáticas, tempos verbais e modos, os quais não apenas se complementam, mas também ajudam a reduzir a ambiguidade, e assim contribuem para a coerência do texto (Nord, 2016). Por isso, a análise do conteúdo deve começar pela informação expressa pelos elementos textuais visíveis na superfície do texto. Elementos esses conectados por mecanismos linguísticos e textuais, como conectores lógicos, relações entre tema e rema, e a perspectiva funcional das frases.

Nord também destaca o uso da paráfrase como um procedimento efetivo para a análise do conteúdo, complementado pelo conhecimento sobre os mecanismos de coesão presentes no texto, como anáforas, catáforas, substituições e recorrências. No entanto, a efetividade desses recursos na comunicação de um mesmo conteúdo pode variar entre diferentes idiomas, dependendo das expectativas estilísticas associadas a uma mesma variedade textual. Um exemplo disso pode ser observado na tradução do Relatório TIP, em que diferentes estratégias são empregadas para a transmissão do conteúdo.

Quadro 2: Mecanismos de coesão textual

Jamshid was 20 years old when he was recruited from Uzbekistan for work in information technology in Thailand . However, after arriving in Thailand , traffickers instead took him to Burma with other victims and forced him to work in an organized crime ring scamming people on the internet.	Jamshid tinha 20 anos quando foi recrutado no Uzbequistão para trabalhar em tecnologia da informação na Tailândia . No entanto, após chegar ao país , traficantes o levaram para Mianmar com outras vítimas e o forçaram a trabalhar em uma quadrilha de crime organizado, enganando pessoas na internet.
---	---

Fonte: Autores (2026), adaptado de U.S. Department of State (2023, p. 31).

[Descrição] O quadro apresenta duas colunas paralelas: à esquerda, um parágrafo em inglês sobre Jamshid, com trechos em negrito que evidenciam mecanismos de coesão textual; à direita, sua tradução para o português, também com elementos em negrito correspondentes [Fim da descrição].

No exemplo em português, o vocábulo “Tailândia” foi substituído por “país”, um hiperônimo. Essa substituição, diferentemente do inglês, evita repetições e contribui para a manutenção da coesão textual, servindo para ilustrar como os mecanismos de substituição lexical e a coerência referencial podem funcionar de forma distinta entre idiomas, além de influenciar as expectativas de coesão e estilo empregadas para transmitir o mesmo conteúdo. Outro aspecto a ser destacado é que, na análise do conteúdo, a distinção entre o caráter factual ou fictício de um texto não é fundamental. O que importa, sobretudo, é verificar se a “situação interna” do texto está em consonância com a “situação externa” da realidade. No Relatório TIP, ambas as situações estão alinhadas, pois abordam os mesmos elementos.

⁶ No texto fonte: “Human trafficking is an affront to our foundational values” (U.S. Department of State, 2023, p. 4).

4.2.3 Pressuposições

Na análise orientada à tradução de Christiane Nord (2016), as pressuposições desempenham um papel central ao mediar a relação entre o texto-fonte, o texto-alvo e os respectivos contextos culturais. Segundo a autora, as pressuposições são informações não verbalizadas que o emissor do texto espera que o receptor compreenda com base em seu horizonte de conhecimento cultural e situacional. Nord aponta ainda que a comunicação somente pode ter sucesso se o falante e o ouvinte aceitarem, implicitamente, uma quantidade suficiente das mesmas pressuposições. Nessa linha de pensamento, maior foco é dado a pressuposições pragmáticas ou situacionais, as quais diferem das pressuposições lógicas e filosóficas, sendo elementos aceitos implicitamente pelos participantes da comunicação. Elas envolvem fatores contextuais e culturais compartilhados, permitindo a compreensão do enunciado sem que essas informações sejam explicitamente mencionadas. Por exemplo, em um texto, a referência a um título pode pressupor o conhecimento prévio do receptor sobre os assuntos relacionados.

Considerando o exposto, o trecho a seguir busca identificar e evidenciar as pressuposições subjacentes às informações apresentadas no Relatório TIP, destacando como elementos implícitos podem influenciar a comunicação entre culturas e contextos distintos.

DADOS GLOBAIS DE APLICAÇÃO DA LEI

A reautorização da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico (TVPA) em 2003 acrescentou à lei original uma nova exigência: Governos estrangeiros precisam fornecer ao Departamento de Estado dados sobre investigações, acusações, condenações e sentenças relacionadas ao tráfico para cumprir integralmente os padrões mínimos da TVPA para a eliminação do tráfico (Nível I) (U.S. Department of State, 2003, p. 78, tradução nossa⁷).

O título menciona dados globais, o que permite inferir uma pressuposição relacionada ao Relatório TIP e ao compromisso com o cumprimento de padrões mínimos no combate ao tráfico de pessoas. Considerando o contexto da legislação brasileira que tipifica o tráfico e a adesão ao Protocolo de Palermo, é possível supor que os receptores também carreguem, em alguma medida, pressuposições a esse respeito.

4.2.4 Estruturação do texto

A estruturação como fator intratextual refere-se à organização lógica e coerente de um texto, abrangendo tanto o nível macro quanto o micro. Essa organização não apenas facilita a compreensão do conteúdo, mas também orienta o leitor e reflete a intenção comunicativa do autor. Para isso, conta com o suporte de marcadores de coesão e coerência, que estabelecem conexões entre ideias e indicam relações lógicas entre os elementos textuais. No nível macro, a estrutura do texto engloba superfícies comunicativas, como capítulos e parágrafos, além de elementos adicionais,

⁷ No texto fonte: “GLOBAL LAW ENFORCEMENT DATA. The 2003 reauthorization of the TVPA added to the original law a new requirement that foreign governments provide the Department of State with data on trafficking investigations, prosecutions, convictions, and sentences in order to fully meet the TVPA’s minimum standards for the elimination of trafficking (Tier I). The 2004 TIP Report collected this data for the first time. The 2007 TIP Report showed for the first time a breakout of the number of total prosecutions and convictions that related to labor trafficking, placed in parentheses” (U.S. Department of State, 2003, p. 78).



como citações, notas de rodapé e títulos, conhecidos como “intextos”. Componentes que, por sua vez, desempenham funções comunicativas específicas e contribuem para a organização geral do texto. Ao passo que no nível micro, a atenção se volta para os componentes oracionais e suboracionais, com foco na análise de unidades informativas, como afirmações, ações e relações lógicas, e na interação entre tema e rema. Nesse contexto, Nord enfatiza que a organização temática das orações e frases deve estar alinhada à lógica interna do texto e às expectativas do leitor, para que a tradução apresente fluidez e clareza.

4.2.5 Elementos não verbais

Os elementos não verbais referem-se a signos oriundos de códigos não linguísticos que têm a função de complementar, ilustrar, desambiguar ou intensificar a mensagem verbal. Eles desempenham um papel complementar na comunicação e podem se manifestar de diferentes formas, dependendo do meio e do contexto. Na comunicação escrita, podem ser representados por fotos, ilustrações, logotipos e aspectos gráficos como pontuação, uso de maiúsculas, itálicos e negrito, os quais são classificados como características suprasegmentais. Além de suplemento ao texto, há a possibilidade de também constituírem partes independentes, como quadrinhos ou substituições que não contem com linguagem textual. Nesse sentido, Nord destaca a importância “distinguir os elementos não verbais que acompanham o texto (por exemplo, layout, gestos) daqueles que complementam o texto (por exemplo, tabelas, gráficos)” (Nord, 2016, p. 192). No Relatório TIP, os elementos não verbais observados são, em sua maioria, do primeiro tipo, ou seja, aqueles que acompanham o texto. Na análise, constatou-se uma grande predominância de imagens utilizadas para esse fim, as quais, como mencionado anteriormente, não necessariamente retratam as vítimas reais de situações de tráfico. Juntamente com as imagens, o relatório inclui também tabelas, mapas e marcas textuais não verbais, como letras em caixa alta, citações e realces, que fazem parte dos elementos suprasegmentais analisados mais abaixo. Ao passo que gráficos não foram observados.

4.2.6. Léxico

Segundo o modelo analítico de tradução de Nord (2016), a escolha do léxico em um texto é orientada tanto por fatores extratextuais quanto intratextuais, que interagem para definir as características semânticas, estilísticas e formais do vocabulário empregado. Esses fatores incluem aspectos como conotação, campo semântico, registro, classe gramatical, formação de palavras, entre outros. Em casos em que informações extratextuais sobre o emissor são escassas ou inexistentes, a análise pragmática do léxico pode fornecer pistas intratextuais suficientes para inferir a intenção do emissor. Assim, tal intenção se revela por meio de características vocabulares que seguem ou rompem normas e convenções, sendo estas influenciadas pela variedade textual, o meio, o lugar, o tempo e a ocasião da produção textual.

Nos textos não ficcionais, por exemplo, o emprego de pronomes de primeira pessoa geralmente indica a presença direta do autor como emissor. Em textos ficcionais, entretanto, é comum a presença de um narrador implícito, que não deve ser confundido com o autor real. Assim,



cabe analisar se o autor se apresenta como emissor do texto e de que forma isso reflete sua intencionalidade pragmática, entendida como a concretização de um interesse específico.

Com relação ao Relatório TIP, a seleção lexical revela um vocabulário técnico específico sobre o tráfico de pessoas. Termos como *forced labor*, *sex trafficking*, *debt bondage* e *domestic servitude* são recorrentes, estabelecendo uma forte isotopia temática que guia o leitor pelo foco central do documento. Além disso, palavras-chave como *trafficker*, *victim*, *coercion* e *exploitation* também aparecem consistentemente, reforçando a coerência temática. Em suma, o léxico empregado é predominantemente informativo e formal, alinhando-se ao propósito do relatório de educar, conscientizar e fornecer orientações sobre o tráfico de pessoas.

4.2.7. Sintaxe

A análise dos aspectos sintáticos de um texto é, como destaca Nord, essencial em quase todas as abordagens de análise textual voltadas à tradução. Entre as características consideradas relevantes nesse processo estão a construção e o nível de complexidade das orações, a distinção entre orações principais e subordinadas, e a extensão e organização estrutural das frases. Além disso, essa análise pode revelar tanto o uso de estruturas sintáticas convencionais em determinados tipos de texto quanto a escolha intencional de construções específicas para produzir determinado efeito. No entanto, é fundamental destacar que a análise sintática no processo de tradução não é um fim em si mesma, mas apenas uma ferramenta para alcançar uma interpretação funcional.

Concordando com a observação de Nord de que as características sintáticas dependem de várias outras características intratextuais, especialmente aquelas relativas ao conteúdo e à estruturação (como a distribuição de informações no texto e nas orações), ao léxico (como o uso de construções verbais ou nominais) e aos elementos suprasegmentais (como foco e entonação), bem como características do próprio idioma do texto-alvo, a seguir, são apresentados trechos da tradução do Relatório TIP acompanhados de comentários sobre a sintaxe.

Quadro 3: Exemplo da sintaxe dos períodos

Every year millions of people are exploited within and across borders. They are forced to work in factories for little or no pay; harvest crops; toil in terrible conditions in mines, construction sites, and fishing boats; or work in private homes. Many victims are exploited for commercial sex, adults and children alike.	Todos os anos, milhões de pessoas são exploradas dentro e fora das fronteiras, sendo forçadas a trabalhar em fábricas por pouco ou nenhum pagamento; colher safras; enfrentar condições terríveis em minas, canteiros de obras, barcos de pesca ou em residências particulares. Muitas dessas vítimas, tanto adultos quanto crianças, são também exploradas sexualmente para fins comerciais.
---	---

Fonte: Autores (2026), adaptado de U.S. Department of State (2023, p. 3).

[Descrição] O quadro apresenta duas colunas paralelas: à esquerda, um trecho em inglês; à direita, sua tradução para o português. Os textos não apresentam destaque tipográfico, e sua comparação tem como objetivo exemplificar as escolhas sintáticas na estruturação do parágrafo [Fim da descrição].

Do ponto de vista sintático, observa-se que os períodos em inglês “*Every year millions of people are exploited within and across borders. They are forced to work in factories for little or no pay; harvest crops; toil in terrible conditions in mines, construction sites, and fishing boats; or work in private homes*” constituem orações independentes, ainda que relacionadas pelo tema. Mais precisamente, observa-se que são orações coordenadas, e, devido à separação por ponto, orações coordenadas



assindéticas. Na tradução, entretanto, para evitar repetições e garantir um ritmo mais fluido, considerando a estruturação dos parágrafos anteriores, optou-se por unir as orações, ajustando-as para uma relação de oração principal e subordinada. Assim, “Todos os anos, milhões de pessoas são exploradas dentro e fora das fronteiras” tem a função sintática de oração principal, enquanto “sendo forçadas a trabalhar em fábricas por pouco ou nenhum pagamento...”, de oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de gerúndio.

4.2.8 Características suprasegmentais

As características suprasegmentais correspondem aos aspectos de organização textual que vão além das fronteiras de análise de segmentos individuais, como palavras, frases ou parágrafos. Elas contribuem para a formação da configuração fonológica ou do tom específico de um texto, sendo essenciais para sua estruturação e interpretação. Em textos escritos, sinalizam-se por elementos visuais, como itálicos, negritos, aspas, travessões, pontuação estilística e até mesmo espaçamentos. Aliadas ao texto, possibilitam que o leitor perceba aspectos acústicos, como ritmo, intensidade e entonação, que contribui para a experiência de leitura. O quadro, a seguir, exemplifica um pouco dessa questão:

Quadro 4: Comparação de característica suprasegmentais

3. Whether the government of the country has adopted measures to prevent severe forms of trafficking in persons, such as measures to inform and educate the public, including potential victims, about the causes and consequences of severe forms of trafficking in persons , measures to establish the identity of local populations, including birth registration, citizenship, and nationality , measures to ensure that its nationals who are deployed abroad as part of a diplomatic, peacekeeping, or other similar mission do not engage in or facilitate severe forms of trafficking in persons or exploit victims of such trafficking , a transparent system for remediating or punishing such public officials as a deterrent, measures to prevent the use of forced labor or child labor in violation of international standards , effective bilateral, multilateral, or regional information sharing and cooperation arrangements with other countries , and effective policies or laws regulating foreign labor recruiters and holding them civilly and criminally liable for fraudulent recruiting.	3. Se o governo do país adotou medidas para prevenir as formas graves de tráfico de pessoas, tais como: informar e educar o público, incluindo potenciais vítimas, sobre as causas e consequências das formas graves desse tipo tráfico ; estabelecer a identidade das populações locais, o que engloba registro de nascimento, cidadania e nacionalidade ; assegurar que cidadãos enviados ao exterior em missões diplomáticas, de manutenção da paz ou outra missão semelhante não se envolvam ou facilitem formas graves de tráfico de pessoas ou explorem vítimas desse tipo tráfico; implementar um sistema transparente para punir ou corrigir funcionários públicos envolvidos como fator de dissuasão ; prevenir o uso de trabalho forçado ou infantil em violação às normas internacionais ; estabelecer acordos eficazes de compartilhamento de informações e cooperação bilateral, multilateral ou regional com outros países ; implementar políticas ou leis efetivas que regulem recrutadores de mão de obra estrangeira e os responsabilizem civil e criminalmente por recrutamento criminoso.
--	--

Fonte: Autores (2026), adaptado de U.S. Department of State (2023, p. 75).

[Descrição] O quadro apresenta duas colunas paralelas, com um texto em inglês à esquerda e sua tradução para o português à direita. Em ambas as versões, há o uso de destaques tipográficos, como negrito, além de ajustes na pontuação e na segmentação das frases, com o objetivo de favorecer a clareza, a organização das informações e o ritmo de leitura [Fim da descrição].

A análise das marcas suprasegmentais no Relatório TIP teve como objetivo orientar as escolhas tradutórias, buscando conferir expressividade ao texto e marcar aspectos de entonação e prosódia. Buscou-se, portanto, transmitir nuances e intenções para facilitar a compreensão do leitor. Para melhor demonstrar isso, pode-se citar a pontuação, especialmente o uso de vírgulas, ao



organizar uma série de medidas, sendo alterado para o emprego de ponto e vírgula ou ainda reestruturação de parágrafos, o que torna o conteúdo mais claro e sinaliza mais precisamente pausas e variações de ritmo.

4.2.9 Efeito

Para Nord (2016), efeito é compreendido como uma categoria orientada ao receptor, definida pela interação entre os fatores intratextuais do texto e as expectativas do público-alvo, que, por sua vez, são moldadas tanto pelos fatores extratextuais, relacionados ao contexto situacional e ao conhecimento prévio dos receptores, quanto pelo conteúdo e pela forma do texto em si. Dessa maneira, refere-se à impressão consciente, inconsciente ou subconsciente que o texto produz nos leitores ou ouvintes. Nesse sentido, efeito vai além de uma classificação puramente intratextual ou extratextual. Ele constitui uma categoria mais abrangente, que conecta o texto ao seu contexto de uso e aos receptores que o interpretam. A análise do efeito, portanto, envolve compreender como o texto é interpretado, não apenas descrever suas estruturas linguísticas.

Para deduzir o efeito esperado, Nord destaca que a intenção do emissor atua como uma antecipação previamente estabelecida que, ao ser combinada aos elementos do texto, orienta a forma como a tradução produzirá efeito no novo contexto cultural. Isso significa que o tradutor não apenas transfere o conteúdo, mas também adapta o texto para provocar um efeito equivalente no receptor, ainda que esse efeito não seja idêntico ao produzido na cultura de origem.

Considerando a intenção do emissor, os fatores extratextuais e intratextuais, bem como a adequação cultural do conteúdo ao novo público-alvo, esta análise conclui que o efeito esperado da tradução do Relatório TIP é, sobretudo, informar e conscientizar sobre a situação global do tráfico de pessoas. Isso envolve destacar as ferramentas e estratégias de combate, as histórias de sobreviventes e as táticas emergentes utilizadas pelos traficantes. Com esse fim, a tradução do Relatório TIP busca respeitar a relação entre o conteúdo e o contexto cultural de chegada, com o objetivo de garantir que a mensagem seja transmitida de maneira acessível e relevante ao seu público, não limitando-se à simples transmissão de informações, mas visando gerar um efeito que influencie as percepções e ações dos leitores.

5. Considerações finais

Como resultados desta pesquisa, a análise dos fatores intratextuais do *Trafficking in Persons Report June 2023 (TIP Report)* à luz do modelo funcionalista de Christiane Nord permitiu compreender como os elementos internos do texto, como assunto, conteúdo, pressuposições, estruturação, elementos não verbais, léxico e sintaxe, se articulam para cumprir a função comunicativa do relatório e orientam decisões tradutórias que respeitem tanto a coerência interna quanto as expectativas culturais do público-alvo. Observou-se que o relatório apresenta uma estrutura lógica, com vocabulário técnico e formal, mecanismos coesivos eficientes e recursos visuais complementares, todos voltados à promoção de conscientização e mobilização internacional contra o tráfico de pessoas. A tradução, portanto, exigiu mais do que mera equivalência linguística, sendo uma atividade que requer sensibilidade às escolhas estilísticas e pragmáticas do texto-fonte e



atenção às normas discursivas da cultura de chegada, a fim de manter a eficácia comunicativa do texto de partida.

Como contribuição, este estudo pretende demonstrar a aplicabilidade do modelo de Christiane Nord na tradução de textos institucionais, destacando a importância dos fatores intra e extratextuais para a eficácia comunicativa e ampliando o acesso, em português, ao TIP Report. Ademais, retoma a lacuna de acesso, em português, a informações sobre tráfico de pessoas ao propor uma tradução funcionalista do relatório, orientada à sua função comunicativa e ao público brasileiro. Além disso, ao articular a análise textual com a contextualização jurídica do tema, evidencia o papel da tradução na circulação e recontextualização de categorias como “tráfico de pessoas” nos Estudos da Tradução, especialmente em sua interface com o discurso jurídico e institucional.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para pesquisas futuras e amplie o acesso ao relatório em questão, beneficiando aqueles que buscam se conscientizar acerca do assunto. Quanto às limitações de pesquisa, destaca-se que o modelo funcionalista de Christiane Nord (2016) depende de encargos de tradução nem sempre claros e de critérios avaliativos por vezes pouco delimitados. Somado a isso, a complexidade da comunicação transcultural e as variações nos contextos de recepção podem impactar as decisões tradutórias. Nesse sentido, como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a continuidade da tradução de edições anuais do relatório e a realização de estudos comparativos entre diferentes versões, a fim de observar variações discursivas e terminológicas ao longo do tempo.

Referências

- Almeida, M. B. de, & Silva, R. B. (2021). Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: governança, perspectivas e desafios. In A. G. S. Meirinho et al. (Orgs.), *Tráfico de pessoas: Uma visão plural do tema* (pp. 85–103). Ministério Público do Trabalho.
- Baker, M. (2006). *Translation and conflict: A narrative account*. Routledge.
- Balazeiro, A. B. (2021). Prefácio. In A. G. S. Meirinho et al. (Orgs.), *Tráfico de pessoas: uma visão plural do tema* (pp. 9–11). Ministério Público do Trabalho.
- Beltrão, T. C., & Nolasco, A. G. P. (2025). O direito à tradução como um Direito Humano: o caso das mulheres migrantes vítimas de violência doméstica. *Revista Hum@nae*, 19(1), 1–20.
- Brasil. (2004, Março 12). Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm
- Brasil. (2006, Outubro 26). Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5948.h
- Brasil. (2016, Outubro 6). Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm



- Cao, D. (2007). *Translating law*. Multilingual Matters.
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). (2021). *Relatório nacional sobre tráfico de pessoas: dados 2017 a 2020*. UNODC. https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/relatorio-de-dados-2017-2020.pdf
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). (2024). *Relatório nacional sobre tráfico de pessoas: dados 2021 a 2023*. UNODC. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/suaprotecao/trafico-de-pessoas/relatorio-nacional-trafico-de-pessoas-oficial.pdf>
- Kangaspunta, K., Sarrica, F., Serio, G., Whelan, K., Samson, S., & Wills, C. (2020). *The global report on trafficking in persons 2020*. UNODC. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tip/2021/GLOTiP_2020_15jan_web.pdf
- Nord, C. (2016). *Análise textual em tradução: Bases teóricas, métodos e aplicação didática* (M. E. Zipser, Coord. trad. e adap.). Rafael Copetti Editor.
- Šarčević, S. (1997). *New approach to legal translation*. Kluwer Law International.
- Simonetti, T. L. B. (2021). Panorama geral da atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) no enfrentamento ao tráfico de pessoas. In A. G. S. Meirinho et al. (Orgs.), *Tráfico de pessoas: uma visão plural do tema* (pp. 15–32). Ministério Público do Trabalho.
- U.S. Department of State. (n.d.). Plain writing guidance. U.S. Department of State. <https://www.state.gov/key-topics-office-of-directives-management-2/plain-writing-at-the-department-of-state-2/plain-writing-guidance/>
- U.S. Department of State. (n.d.). *Trafficking in persons report*. U.S. Department of State. <https://2021-2025.state.gov/trafficking-in-persons-report/>
- U.S. Department of State. (2009). *Trafficking in persons report 2009*. U.S. Department of State. <https://2009-2017.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/2001/index.htm>
- U.S. Department of State. (2023, June). *Trafficking in persons report June 2023*. U.S. Department of State. https://www.state.gov/wp-content/uploads/2023/05/Trafficking-in-Persons-Report-2023_Introduction-Additional-Pagesv4_FINAL.pdf

Notas editoriais

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: J. A. Rocha, N. D. Hamilton

Coleta de dados: J. A. Rocha, N. D. Hamilton

Análise de dados: J. A. Rocha, N. D. Hamilton

Discussão dos resultados: J. A. Rocha, N. D. Hamilton

Escrita - revisão e edição: J. A. Rocha, N. D. Hamilton

Conjunto de dados de pesquisa

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.



Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa, que não estão expressos neste trabalho, poderão ser disponibilizados pelos(as) autores(as) mediante solicitação.

Licença de uso

Autoras e autores cedem à *Cadernos de Tradução* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional \(CC BY 4.0\)](#). Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Autoras e autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Publisher

Cadernos de Tradução é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista *Cadernos de Tradução* é hospedada pelo [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores e autoras, não representando, necessariamente, a opinião da equipe editorial ou da universidade.

Edição da seção

Andréia Guerini – Willian Moura

Normalização

Alice S. Rezende – Ingrid Bignardi – João G. P. Silveira – Kamila Oliveira

Histórico

Recebido em: 03-04-2026

Aprovado em: 02-09-2026

Revisado em: 25-09-2026

Publicado em: 09-2026

